



ISSN: 2230-9926

Available online at <http://www.journalijdr.com>

IJDR

International Journal of Development Research

Vol. 11, Issue, 06, pp. 47721-47724, June, 2021

<https://doi.org/10.37118/ijdr.21996.06.2021>



RESEARCH ARTICLE

OPEN ACCESS

EDUCAÇÃO E PANDEMIA: UMA ANÁLISE DOS IMPACTOS NO CONTEXTO EDUCACIONAL

***¹Rebeca Fernandes Martins, ²Michele Gomes de Queiroz, ³Heloísa Beatriz Cordeiro and ⁴Eryc Dieb de Souza**

¹Psicóloga – Campus Boa Viagem – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. Mestra em Educação Profissional e Tecnológica; ²Pedagoga- Mestra em Educação Profissional e Tecnológica pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará-IFCE; ³Prof^a Dr^a Heloísa Beatriz Cordeiro – Campus Fortaleza - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. Professora do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica; ⁴Doutorando em Educação- Universidade Federal do Ceará-UFC

ARTICLE INFO

Article History:

Received 21st March, 2021

Received in revised form

11th April, 2021

Accepted 09th May, 2021

Published online 26th June, 2021

Key Words:

Educação a distância;
Coronavírus; Políticas públicas;
Ensino-aprendizagem.

*Corresponding author:

Rebeca Fernandes Martins

ABSTRACT

O advento da pandemia ocasionada pelo novo Coronavírus trouxe profundas transformações para a sociedade. As medidas de controle, implantadas a nível mundial, para redução dos riscos de contágio atingem a sociedade a níveis políticos, econômicos e sociais. A educação, neste deste diapasão, enfrenta obstáculos dentro da maior interrupção de aprendizagem da história da humanidade. Assim, a reflexão acerca dos impactos da pandemia no contexto educacional e desenvolvimento de sujeitos capazes de construir uma sociedade mais igualitária em termos de formação integral, torna-se essencial neste cenário. O presente artigo buscou analisar e discorrer sobre alguns obstáculos enfrentados pelo complexo educacional, as políticas públicas implantadas nos sistemas de ensino, as possibilidades e fragilidades da Educação a distância (EaD) e os possíveis caminhos para lidar com a defasagem ocasionada pelo Coronavírus nos contextos de ensino, embasando-se, sobretudo, em recentes literaturas acadêmicas, elaboradas acerca das temáticas de ensino-aprendizagem no contexto da pandemia. Considera-se que, embora muitas medidas emergenciais tomadas contribuam para, ao menos, amenizar os impactos gerados pela pandemia do Coronavírus no contexto educacional, pensar em como recuperar a defasagem já instaurada pelo caos, através de permanentes políticas públicas é, sobretudo, urgente e necessário.

Copyright © 2021, Rebeca Fernandes Martins, Michele Gomes de Queiroz, Heloísa Beatriz Cordeiro and Eryc Dieb de Souza et al. This is an open access article distributed under the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.

Citation: Rebeca Fernandes Martins, Michele Gomes de Queiroz, Heloísa Beatriz Cordeiro and Eryc Dieb de Souza, 2021. "Educação e pandemia: uma análise dos impactos no contexto educacional", *International Journal of Development Research*, 11, (06), 47721-47724.

INTRODUCTION

O cenário da saúde global sofreu um forte impacto em 2020: o advento da pandemia do Coronavírus. O vírus, cujo início ascendeu ao final de 2019, alcançou o status de pandemia, segundo a Organização Mundial de Saúde (WHO, 2020), em março do ano seguinte. As medidas estabelecidas a nível mundial atingiram todos os setores da sociedade, com a finalidade de reduzir os efeitos negativos da doença nos países mais afetados (WHO, 2020). Os planos de contingência elaborados englobam medidas farmacológicas e não-farmacológicas, entre elas: o distanciamento social, o isolamento, a paralisação das atividades econômicas, a obrigatoriedade do uso de máscaras, a limitação do convívio e as mudanças no sistema educacional das nações. As transformações sociais, econômicas e políticas, ocasionadas pelas ações trazem impactos em todas as esferas: efeitos sobre o sujeito em uma visão

individual; impactos ampliados em relações familiares, comunidades, escolas e universidades, cidades, estados e nações); repercussões globais (nas relações internacionais entre países (Linhares e Enumo, 2020). Os questionamentos acerca de como será o mundo após a pandemia perpassam o coletivo dos sujeitos em todas as nações afetadas. No nível educacional, a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), com a finalidade de redução dos níveis de contágio, orientou o encerramento das aulas em escolas e universidades, afetando mais de 90% do público discente global (UNESCO, 2020). A pandemia, definida como o a maior interrupção da aprendizagem da história (UNESCO, 2020), trouxe a paralisação das atividades em salas de aula para quase 1,6 bilhão de estudantes em mais de 190 países. A pandemia do Corona Vírus (COVID-19) que se alastrou em proporção mundial, impactou também a sociedade brasileira, exigindo-nos isolamento social rígido como método de controle e diminuição de infecções. Nestas circunstâncias, imediatamente, todas as Instituições de Ensino

obrigaram-se a interromper suas atividades presenciais e adequarem-se a atendimentos remotos, readaptando seu processo educativo. No contexto das escolas estaduais do Ceará, o regime de atividades não presenciais foi regido e amparado pela Resolução do Conselho Estadual de Educação nº 481/2020 (CEARÁ, 2020), a qual dispôs sobre o regime especial de atividades escolares não presenciais no Sistema de Ensino do Estado do Ceará, para fins de reorganização e cumprimento do calendário letivo do ano de 2020, como medida de prevenção e combate ao contágio do coronavírus (COVID-19). Neste desenho, o futuro da educação em geral encontra obstáculos nas medidas educacionais resumidas à Educação a distância (EaD), enquanto uma metodologia capaz de aprofundar as desigualdades já existentes (Dias, Pinto; 2020). As ferramentas digitais, implantadas pela maioria das escolas e universidades, não dispuseram do tempo necessário para testes e avaliações, assim como para a capacitação de docentes e da rede de apoio as atividades educacionais para seu uso adequado na construção do conhecimento (Dias, Pinto; 2020). Neste contexto, o aluno assume o papel de principal agente do processo de ensino-aprendizagem, sendo abruptamente incumbido de uma autonomia a qual antes não vivenciava. Souza et al. (2016), em reflexões desenvolvidas acerca do discurso discente sobre o ensino à distância, alerta para a importância das condições necessárias para eficiência do ensino-aprendizagem, assim como para a resolução de falhas nas metodologias digitais implantadas através das tecnologias de informação e comunicação (TIC). Os múltiplos desafios aos mediadores do processo EaD trazem fragilidades que demandam uma maior atenção das políticas públicas, para além de apenas investimentos financeiros. Para (Souza et al., 2016): a deficiente comunicação entre docentes e discentes, o decréscimo da fala dos alunos nas salas de aula virtuais, a dificuldade e instabilidade das redes de internet necessárias às plataformas digitais, a ausência de formação da comunidade acadêmica para vivenciar novas metodologias de ensino e a instabilidade emocional ocasionada pela pandemia. Para Toaldo e Fruet (2010, p. 2) "...A integração das ferramentas tecnológicas, no ensino-aprendizagem, requer novas habilidades dos professores, ou seja, estratégias e dinâmicas para ensinar". O cenário mundial traz a urgente necessidade de criação de articulações adequadas entre a EaD e as condições educacionais no Brasil, tendo em vista a ausência estrutural de computadores, celulares, tablets ou internet, assim como a dificuldade de utilização das plataformas digitais por toda a comunidade acadêmica (Dias, Pinto; 2020).

Desta forma, o presente artigo, compreendendo a necessidade de reflexão e análise dos desafios citados, assim como a construção de caminhos para redução dos impactos da defasagem educacional, buscou estudar e apresentar o cenário atual e a modalidade de ensino à distância como possibilidade, não totalidade, de atuação em políticas públicas para a comunidade escolar e acadêmica.

METODOLOGIA

Este artigo teve como fio condutor a pesquisa bibliográfica e análise documental, embasando-se, sobretudo, em recentes literaturas acadêmicas, elaboradas acerca das temáticas de ensino-aprendizagem no contexto da pandemia, buscando suporte também no que dizem as organizações e legislações nas quais se inserem a educação.

Para Gil (2002, p. 44), a pesquisa bibliográfica consiste na:

Pesquisa desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Boa parte dos estudos exploratórios pode ser definida como pesquisas bibliográficas. As pesquisas sobre ideologias, bem como aquelas que se propõem à análise das diversas posições

acerca de um problema, também costumam ser desenvolvidas quase exclusivamente mediante fontes bibliográficas.

Neste alinhamento, através das leituras, buscou analisar e discorrer sobre alguns obstáculos enfrentados pelo complexo educacional, as políticas públicas implantadas nos sistemas de ensino, as possibilidades e fragilidades da Educação a distância (EaD) e os possíveis caminhos para lidar com a defasagem ocasionada pelo Coronavírus nos contextos de ensino.

Análises: O advento do Coronavírus, enquanto fator responsável pela paralisação de diversos setores da sociedade a nível mundial (WHO, 2020), trouxe impactos para os espaços de formação educacional. Creches, escolas, universidades e outros espaços educacionais, em uma percepção coletiva dos riscos aos quais estão sujeitos, foram submetidos à paralisação de suas atividades presenciais por tempo indeterminado (Passini et al., 2020). A Unesco (2020), estabeleceu a pandemia enquanto crise educacional, atribuindo ao fechamento das escolas o aprofundamento das desigualdades sociais para crianças de jovens em situação de vulnerabilidade. A situação de vulnerabilidade social está diretamente ligada à situação de desemprego ou subemprego, na qual a família se vê incapacitada de cumprir de forma satisfatória o mínimo essencial para o amparo de seus membros. Considerando os amplos efeitos do Coronavírus, é indissociável a relação direta entre a crise econômica gerada pela paralisação das atividades para as famílias, o aumento da vulnerabilidade social e os efeitos negativos sobre os novos modelos de ensino-aprendizagem que entraram em vigor (Gomes, Pereira, 2005). A ausência de políticas públicas eficazes no tratamento isonômico de iguais e desiguais, neste contexto, aprofunda diferenças e a exclusão de oportunidades para as presentes e futuras gerações de discentes e profissionais em situação de vulnerabilidade social em pandemia. Os obstáculos relacionados pelas recentes pesquisas acadêmicas retratam os desafios diários enfrentados pela comunidade acadêmica (docentes, apoio administrativos, gestores e discentes). O contexto apresenta, ainda, outros desafios advindos da implantação da EaD de forma inesperada pelos gestores, os quais encontram justificativa na necessidade de continuidade do ano letivo (Dias, Pinto, 2020). Dentre os efeitos negativos apontados por Dias e Pinto (2020), ganha destaque o possível retrocesso nos avanços alcançados por algumas nações na ampliação do acesso à educação e no aumento da qualidade do ensino-aprendizagem. Ainda acerca dos planos de contingência para o Coronavírus, é válido destacar o aumento nos índices de adoecimento físico e mental, fatores que complementam os inúmeros desafios do momento atual. As medidas de distanciamento social, a duração longa e indeterminada do isolamento, as perdas por óbitos por conta do vírus e o receio de contágio, são fatores de estresse para todos os atores envolvidos no contexto educacional (Dias, Pinto, 2020). Nesta rede de novas formas de se relacionar consigo e com o outro, os gestores carecem dos instrumentos necessários e do conhecimento acerca de como lidar com a fragilização da saúde mental e física de profissionais, alunos e famílias.

Concordando com Souza (2006, p. 26), podemos compreender políticas públicas como:

O campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, 'colocar o governo em ação' e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real.

Nesta compreensão, faz sentido pensar e políticas públicas de educação democrática, através de implementações de estratégias governamentais que minimizem os impactos no desenvolvimento dos educandos ante o contexto vivenciado. Podemos concordar com a utilização dos recursos de ensino à distância, mas não a compreendendo como única estratégia metodológica. Não se pode "perder de vista" o desenvolvimento pleno e integral do aluno, assim

como regem as bases legais que orientam o sistema educacional brasileiro e algumas correntes teóricas que defendem o desenvolvimento formativo geral dos educandos. Para Gonçalves, (2006, p. 130), por exemplo, a educação integral tem a responsabilidade de atender o educando como “aquele que considera o sujeito em sua condição multidimensional, não apenas na sua dimensão cognitiva, como também na compreensão de um sujeito que é sujeito corpóreo, tem afetos e está inserido num contexto de relações.” Em síntese, para Ramos (2008, p. 3), “[...] A integração, no primeiro sentido, possibilita formação omnilateral dos sujeitos, pois implica a integração das dimensões fundamentais da vida que estruturam a prática social.” No que rege as orientações legais, a maior referência legal que regulamenta o sistema educacional no Brasil, Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional - LDB, Lei nº 9394/96 (BRASIL, 1996), estabelece em seu Art.2 que a educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. No mesmo alinhamento, que a nova organização nacional da Base Nacional Comum Curricular-BNCC (BRASIL, 2017, p.14), compreende como educação integral:

Muito mais do que o acúmulo de informações. Requer o desenvolvimento de competências para aprender a aprender, saber lidar com a informação cada vez mais disponível, atuar com discernimento e responsabilidade nos contextos das culturas digitais, aplicar conhecimentos para resolver problemas, ter autonomia para tomar decisões, ser proativo para identificar os dados de uma situação e buscar soluções, conviver e aprender com as diferenças e as diversidades.

Neste sentido, os recursos de educação à distância devem compreender o complexo formativo dos educandos, mas não sua totalidade. Para alguns teóricos e críticos, aguçaram-se, com as “novas formas de ensino”, as precarizações de aprendizagens, atenuadas pelas desigualdades sociais. Sob uma ótica crítica às variáveis flexibilizações da aprendizagem, Kuenzer (2016, p. 3) afirma que aprendizagem flexível surge como uma das expressões do projeto pedagógico da acumulação flexível, cuja lógica continua sendo a distribuição desigual da educação, porém com uma forma diferenciada. Diante dos conflitos vivenciados pela brusca modificação das estruturas educacionais, além dos impactos já observados como bem frisou Machado (2020), supracitada, podemos inferir que consequências futuras ainda irão repercutir de sobremaneira na vida dos sujeitos que compõem a comunidade escolar. Conforme a Unesco, a natural queda na aprendizagem poderá alastrar-se por mais de uma década se não forem criadas políticas públicas que invistam em melhorias de infraestrutura, tecnologias, formação, metodologias e salários, além do reforço da merenda, melhor aproveitamento do tempo, tutoria fora do horário usual das aulas e material adicional, quando possível (UNESCO, 2020). Assim, pensar em políticas públicas que atendam e amenizem estas modificações e impactos, causados pelo advento em pauta, é ir muito além da utilização da EaD. Requer a melhoria desta, mas também o investimento contínuo nos moldes presenciais, colocando em evidência, sobretudo, a formação docente e o planejamento de estratégias de recuperação da aprendizagem. Compreendendo a importância de trabalhar a educação inclusiva no combate à exclusão social no momento atual, surgem pontos que devem ser observados na construção de novas conjunturas educacionais: o foco em evitar o aprofundamento das desigualdades de acesso e às oportunidades, assim como a busca por garantir aos discentes a qualidade em sua escolarização (FCC, 2020). Em pesquisa realizada junto às escolas na preparação para a implantação do sistema EaD, a FCC (2020) apresentou um levantamento das estratégias para adequação das rotinas de aulas. Dentre as medidas realizadas por docentes em busca da manutenção da eficiência do ensino em salas de aula virtuais, foram citadas (FCC, 2020): Envio de mensagens via e-mail, whatsapp e SMS; Planejamento de aulas através de novas ferramentas; Realização de aulas com a utilização de novos recursos; Incentivo à realização e participação de cursos à distância; Participação de

encontros pedagógicos a distância; Aumento do suporte às famílias dos alunos. É possível visualizar a adequação das rotinas citadas nos diversos conjuntos educacionais, com adaptações adequadas às faixas etárias e modalidades de cursos. A implantação das estratégias utilizadas por docentes evidencia a preocupação dos mesmos em reduzir os prejuízos aos discentes no atual momento de crise (FCC, 2020). A compilação destes resultados e a publicidade dada aos mesmos serve como ferramenta para utilização em espaços educacionais por gestores e docentes.

Compreendendo a ausência do preparo de pais e cuidadores para assumirem o papel de tutores, a pesquisa observou a estratégia educacional de aproximação das famílias por parte dos docentes e das equipes de gestão dos estabelecimentos de ensino (FCC, 2020). Constatou-se estratégias educacionais compostas por orientações às famílias, materiais digitais via redes sociais, envio de atividades impressas aos alunos, disponibilização de videoaulas gravadas, assim como aulas ao vivo e disponibilização de materiais através das Secretarias de Educação (FCC, 2020). A qualidade do processo educativo sofreu com o advento da nova modalidade de ensino, porém os docentes, segundo a FCC (2020), buscaram organizar o tempo dos alunos, através da manutenção dos conteúdos das disciplinas, utilizando novas experiências de aprendizagem e dividindo os horários entre a explanação das temáticas e a orientação acerca das formas de estudos. É válido destacar que, apesar do contexto desafiador proporcionado pela EaD, a minoria dos docentes é a favor da suspensão do ano letivo: 11,2% (FCC, 2020). Considera-se a possibilidade de retorno presencial das aulas através do rodízio das turmas de discentes, mediante a utilização paralela das modalidades presenciais e virtuais de ensino (FCC, 2020). As possibilidades de implantação das estratégias nas instituições de ensino buscam a manutenção dos padrões de segurança, incorporados para redução dos riscos de contágio. A adequação das metodologias sugeridas pelos docentes e gestores em educação à realidade das instituições de ensino torna-se central para a manutenção das aulas à distância, o retorno do sistema presencial ou a implantação da modalidade híbrida na educação.

DISCUSSÃO

Como abordado, as estratégias das “novas formas de ensinar e aprender”, com a utilização dos recursos à distância, se por um lado amenizaram os prejuízos causados às relações de aprendizagens, por outro, acentuaram as desigualdades já tão latentes no seio social. Outros impactos consequentes da crise no contexto educacional foram evidenciados com as novas formas de aprendizagens, como exemplos: o índice elevado de evasão e absenteísmo; o despreparo tecnológico de muitos docentes; a falta de recursos digitais de muitos discentes; o adoecimento mental dos agentes envolvidos educadores, educandos e familiares, etc. Neste contexto desestruturante, o que mais acentua a fragilidade educacional se refere a falta de interação presencial entre educador-educando e educando-educando. A relação dialógica e colaborativa, imprescindível entre os sujeitos do processo, sofreu grande impacto com o distanciamento social. Para Vygotsky (1991), a relação histórico-cultural é essencial para o indivíduo reconhecer-se como sujeito, pois o seu desenvolvimento se constitui nas relações sociais em que está inserido. Desta forma, aprendemos necessariamente na interação com o outro. No entanto, no cenário vivenciado, a fundamental integração no processo de ensino-aprendizagem foi substituída pelas relações à distância sob controle de ferramentas digitais, muitas vezes, nos moldes assíncronos. As fragilidades e defasagens nas relações de ensino-aprendizagem acabam que se desdobrando na superficial formação dos sujeitos. A formação integral e plena dos educandos, tão defendida pelas bases que regulamentam o sistema educacional brasileiro, neste contexto, ficou suavizada e precária. É fato que a sociedade, num sentido lato, foi surpreendida com a conjuntura enfrentada e teve que, rapidamente, encontrar meios e estratégias de adequação e sobrevivências. A educação, por sua vez, não ficou imune ao impacto, pelo contrário, foi um dos complexos sociais mais atingidos pela crise sanitária. Nesta conjuntura, pode-se inferir que, embora muitas

medidas emergenciais tomadas contribuam para subsidiar, ao menos, amenizar os impactos gerados pela pandemia do Coronavírus no contexto educacional, pensar em como recuperar a defasagem já instaurada pelo caos é, sobretudo, urgente e necessário. E isso requer a implementação de políticas públicas permanentes e democráticas, voltadas para a recuperação a formação integral dos sujeitos e prevenção das consequências que ainda podem emergir.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará- IFCE por proporcionar e incentivar os grupos de estudos e pesquisas a fim de desvelar e discussões e conhecimentos em prol da sociedade contemporânea.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- Lei nº. 9394/96. Brasília, DF: MEC, 1997a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 10 nov. 2020.
- BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular- Brasília, DF: Ministério da Educação, 21 dez. 2017. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao/base-nacional-comumcurricular-bncc-etapa-ensino-medio>. Acesso em: 12 nov. 2020
- CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO CEARÁ. Resolução CEE nº 481, de 27 de março de 2020. Dispõe sobre regime especial de atividades escolares não presenciais no Sistema de Ensino do Estado do Ceará, para fins de reorganização e cumprimento do calendário letivo do ano de 2020, como medida de prevenção e combate ao contágio do coronavírus (COVID-19). Fortaleza, CE: Conselho Estadual De Educação Do Ceará, 2020. Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/2020/03/30/cee-aprova-resolucao-sobre-regime-especialde-atividades-escolares-nao-presenciais/>. Acesso em: 10 nov. 2020
- FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS (FCC). Informe nº 1 - Pesquisa: Educação escolar em tempos de pandemia na visão de professoras/es da Educação Básica. Fundação Carlos Chagas, 2020. Disponível em: <<https://www.fcc.org.br/fcc/educacao-pesquisa/educacao-escolar-em-tempos-de-pandemia-informe-n-1>>. Acesso em 06 nov. 2020.
- GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projeto de pesquisa. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GOMES, Mônica Araújo; PEREIRA, Maria Lúcia Duarte. Sociallyvulnerablefamilies: a publicissue. Ciênc. saúde coletiva [online]. 2005, vol.10, n.2, pp. 357-363. Disponível em:<https://www.scielo.org/article/csc/2005.v10n2/357-363/> Acesso em 06 nov. 2020.
- GONÇALVES, Antônio Sérgio. Reflexões sobre educação integral e escola de tempo integral. Cadernos Cenpec, São Paulo, v. 2, n. 1, 2006. DOI: <http://dx.doi.org/10.18676/cadernoscenpec.v1i2.136>. Disponível em: <http://cadernos.cenpec.org.br/cadernos/index.php/cadernos/article/view/136/16>. Acesso em: 28 set. 2020.
- KUENZER, AcaciaZeneida. Reunião Científica Regional da ANPED. Educação, movimentos e políticas governamentais. UFPR. Curitiba-PR. 2016. Disponível em: <http://www.anpedsul2016.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2015/11/Eixo-21-Educa%C3%A7ao-e-Trabalho.pdf>. Acesso em 12 nov. 2020.
- LINHARES, Maria Beatriz Martins; ENUMO, Sônia Regina Fiorim. Reflexões baseadas na Psicologia sobre efeitos da pandemia COVID-19 no desenvolvimento infantil. Estud. psicol. (Campinas), Campinas, v. 37, e200089, 2020. Availablefrom<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103166X2020000100510&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 06 nov. 2020.
- MACHADO, Patricia Lopes Pimenta. Educação em tempos de pandemia: O ensinar através de tecnologias e mídias digitais. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 05, Ed. 06, Vol. 08, pp. 58-68. Junho de 2020. Disponível em:<https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/tempo-s-de-pandemia> Acesso em 06nov. 2020.
- PASINI, C. G. D.; CARVALHO, E.; ALMEIDA, L.H.C. A educação híbrida em tempos de pandemia: algumas considerações. Observatório Socioeconômico da COVID-19, projeto realizado pelo Grupo de Estudos em Administração Pública, Econômica e Financeira (GEAPEF) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), 09p., 2020. Disponível em:<https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/820/2020/06/Textos-para-Discussao-09-Educacao-Hibrida-em-Tempos-de-Pandemia.pdf> Acesso em 06 nov.2020.
- RAMOS, M. Nogueira. Concepção do Ensino médio integrado. In: SEMINÁRIO PROMOVIDO PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ, 8., 2008, Pará. Fórum[...]. Pará, 2008 Disponível em: http://www.iiep.org.br/curriculo_integrado.pdf. Acesso em: 13 nov. 2020
- SOUSA, Celina. Políticas Públicas: Uma revisão da literatura. In: Sociologias. Nº 16. Disponível em: www.scielo.br/pdf/soc/n16/ao3n16. Acesso em: 14 nov. 2020
- SOUZA, S.; FRANCO, V. S.; COSTA, M. L. F. Educação a distância na ótica discente. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 42, n. 1, p. 99-114, jan./mar. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ep/v42n1/1517-9702-ep-42-1-0099.pdf> Acesso em 06 nov. 2019.
- TOALDO, T.; FRUET, F.S.O. (2010). Atividades lúdicas no processo de alfabetização e letramento: jogos educacionais disponíveis na internet. 15f. Artigo. (Especialização em Mídias na Educação) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2010.
- UNESCO. A Comissão Futuros da Educação da Unesco apela ao planejamento antecipado contra o aumento das desigualdades após a COVID-19. Paris: Unesco, 16 abr. 2020. Disponível em: <https://pt.unesco.org/news/comissao-futuros-da-educacao-da-unesco-apela-ao-planejamento-antecipado-o-aumento-das>. Acesso em: 4 jun. 2020.
- VYGOTSKY, L. S. A formação Social da Mente. (1991). (Org.) Michael Cole, Vera JohnSteiner, Sylvia Scribner, Ellen Souberman. São Paulo, Ed. Ltda. Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/vygotsky-a-formac3a7c3a3o-social-da-mente.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2020
- WORLD HEALTH ORGANIZATION. (2020). Coronavirusdisease 2019 (COVID-19):situation report-78. Geneva: Author. Retrieved from http://www.who.int/docs/default-source/coronaviruse/situationreports/20200407-sitrep-78-covid-19.pdf?sfvrsn=bc43e1b_2 Acesso em 6 nov. 2020.
